



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

ATA N.º 9/2021  
do Conselho de Escola  
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo segundo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e trinta e seis minutos, reuniu ordinariamente, por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente do Órgão), Professora Doutora Paula Costa e Silva, Professora Doutora Mafalda Carmona, Professor Doutor Luís Goncalves da Silva, Dra. Daniela Sousa, Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins, Professor Doutor David Duarte; enquanto membros discentes: os estudantes, Inês Filipa Nunes, Inês Melo, Bernardo Narciso e Nuno Mohamede; e enquanto membro não docente, Dra. Cândida Machado.

Estiveram ainda presentes sem direito a voto, a Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, os Senhores Subdiretores, Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, Professora Susana Videira, a Senhora Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno e em substituição do Presidente da AAFDL, Miguel Cruz. A Professora Doutora Ana Fouto e o Professor Doutor Paulo Alves Pardal justificaram a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Investigação;
3. Pedido de acreditação de cursos de mestrado a distância;
4. Comissão de ética;
5. Outros assuntos.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

O Presidente agradeceu a presença de todos os participantes, quer dos presentes na sala, quer dos presentes à distância.

### **1. Aprovação da ata da reunião anterior.**

O Presidente colocou a aprovação a ata da reunião anterior que foi aprovada com uma abstenção.

### **2. Investigação**

O presidente deu informação de o assunto da investigação ser premente, dado que é uma das missões da Faculdade, dando a palavra à Diretora.

A Diretora informou que se verifica um aumento de alunos, uma expansão da atividade dedicada à investigação através dos Centros de Investigação e, também apoiadas nos Institutos, sendo que estes últimos muitas vezes também associam essa atividade de investigação a uma oferta pós-graduada muito significativa. Todavia, referiu que a Faculdade se encontra a expandir a atividade, com uma manifesta limitação do espaço físico.

Nessa medida, informou sobre um projeto que tem como fim o alargamento das instalações da Faculdade que concerne à construção de um edifício destinado à investigação. Referiu que a ideia deste alargamento da Faculdade não é nova, vem de direções anteriores e que estando a decorrer o alargamento da biblioteca, torna-se necessário prosseguir a melhoria das infraestruturas.

A construção do quarto edifício incluiria ainda auditórios uma vez que só existe um espaço dessa natureza.

Disse que ainda não existem informações do que é que pode ser aprovado, existindo, no entanto, um estudo prévio formulado pelos arquitetos que realizaram o segundo edifício e a ampliação da biblioteca.

Informou que se perspetiva que as obras do terceiro edifício, isto é, da ampliação da biblioteca, estejam concluídas no dia catorze de janeiro.

  
Inês Kápa  




FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

De forma a definir o programa e o que se pretende realizar no quarto edifício, a Diretora criou uma comissão de trabalho que será composta por quatro docentes, um funcionário da Faculdade e dois alunos (um pertencente aos Órgãos e outro pertencente à Associação Académica). Como membros docentes, já se encontram confirmados: o Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa, que assumirá o papel de Presidente; o Professor Doutor Pedro Caridade Freitas, o Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues. O Dr. Rui Pina também já confirmou a disponibilidade na qualidade de funcionário.

A aluna Inês Filipa Nunes questionou se a localização do terceiro edifício ocuparia todo o jardim exterior

A Diretora, respondendo à aluna Inês Filipa Nunes, referiu que a implantação seria reduzida, junto ao parque de estacionamento, sem prejudicar significativamente o mesmo pois ocuparia o talude, tendo ligação junto ao anfiteatro dois.

O Presidente questionou os Conselheiros Discentes se concordam com a solução da Comissão ser integrada por um aluno pertencente aos Órgãos e outro aluno pertencente à Associação Académica, tendo havido assentimento.

Em seguida, o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho informou que pretendia que a sua intervenção ficasse registada em ata bem como seguisse uma certidão para os presidentes dos Institutos.

Informou que realizou uma iniciativa com o propósito de instalar aparelhos de ar condicionados mais eficientes em termos energéticos no piso correspondente aos institutos, tendo enviado um e-mail no mês de setembro, na sequência de contactos anteriores, e tem continuamente insistido, todavia, não tem obtido resposta, sem desprimor da Professora Doutora Paula Costa e Silva que reagiu em tempo útil. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho deixou a nota que os institutos, como beneficiários, deviam colaborar ativamente naquilo que lhes diz respeito, considerando que se trata de uma estrutura não inteiramente centralizada, dependendo dos diferentes intervenientes participarem no bem comum da Faculdade, na medida das respetivas vantagens.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A Professora Doutora Paula Costa e Silva, disse, não se encontrar na reunião na qualidade de Presidente do Instituto de Valores Mobiliários, não se indo pronunciar sobre o assunto, mas referiu que assim que exista a certidão para efeitos de comunicação dos institutos, responderá e clarificará a posição do Instituto de Valores Mobiliários.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho afirmou que não existiu nenhum atraso por parte da Presidente do Instituto de Valores Mobiliários, cuja reação e disponibilidade foram exemplares.

### **1. Pedido de acreditação de cursos de mestrado a distância**



O Presidente referiu que, neste momento, a Faculdade só tem acreditação para lecionar presencialmente e, nesse sentido, encontra-se em processo um pedido de creditação de um curso de mestrado no modelo à distância.

A Professora Doutora Cláudia Madaleno referiu que a Faculdade terá sido informada pela Reitoria que a agência de acreditação iria abrir um período para que as escolas interessadas pedissem a acreditação prévia de ciclos de estudos que seriam ministrados à distância. Desta forma, existiu uma iniciativa, por parte da Direção e por parte da Comissão de Estudos Pós-graduados para realizar um projeto de acreditação de estudos à distância de um curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, o qual replica o modelo do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica no ensino presencial, mas com algumas particularidades.

Informou que, em paralelo, a Faculdade realizou um protocolo com a Universidade Aberta, recomendado pelo diploma que regula esta matéria, existindo já a previsão de duas ações de formação de docentes.

O Presidente questionou os Conselheiros se existiam dúvidas relativamente à possibilidade de haver, na Faculdade, uma acreditação dos mestrados a funcionar a distância, complementarmente com os que funcionam presencialmente.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva questionou se o novo curso a distância não se vai confundir com os que a Faculdade já leciona, e conseqüentemente questionou se os alunos matriculados à distância não poderão tráfegar para as turmas de lecionação presencial.

  
Inês F. & po  






FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A Professora Doutora Cláudia Madaleno referiu que os alunos não poderão transitar do curso a distância para cursos presenciais dado que as creditações serão autónomas, embora a designação seja a mesma, Mestrado de Direito e Ciência Jurídica, com a designação complementar “a distância” para os novos cursos. Referiu que a proposta do novo ciclo de estudos propõe que o mesmo seja composto por cento e sessenta alunos, quarenta por cada uma das quatro especialidades.

## 2. Comissão de ética

A Diretora referiu que as comissões de ética funcionam em muitas faculdades e, embora exista um princípio de respeito, de autonomia e da liberdade intelectual de quem produz ciência, esses factos não retiram o imperativo relativo à presença da comissão ética, sendo importante na área do direito a existência de uma estrutura que promova e garanta padrões éticos e melhores práticas daquilo que deve ser o trabalho dos investigadores.

Informou que a Comissão de Ética será presidida pela Professora Maria João Estorninho, sendo a mesma a indicar os restantes membros em diálogo com a Direção da escola.

O Professor Doutor David Duarte questionou a razão pela qual o presidente ou a totalidade dos membros da Comissão não são designados por legitimidade democrática, designadamente pelo Conselho de Escola.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva referiu que a questão levantada pelo Professor Doutor David Duarte deveria ser ponderada e apresentou algumas reservas sobre o funcionamento interno deste modelo de comissões, referindo que estas estruturas deveriam ser exercidas por órgãos externos à Faculdade.

A Diretora informou que a Faculdade de Direito é das únicas faculdades da Universidade de Lisboa que não tem Comissão de Ética, sendo a tradição da Universidade a designação de um presidente pertencente à Faculdade que, posteriormente, procederá à uma composição da Comissão recorrendo a pessoas internas e externas à Faculdade.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Referiu ainda que tem havido a criação de grupos de trabalho e de comissões, que podem ser criados de acordo com o previsto nos Estatutos, não existindo aqui uma criação de órgãos “extra Estatutos”.

O Professor Doutor David Duarte referiu que, embora a Diretora tenha a possibilidade de iniciativa para criar a comissão de ética, o que está em causa é apenas o modelo de designação da Comissão, considerando que uma comissão composta por membros eleitos, trabalhará melhor do que uma comissão formada por pessoas que são indicadas ad hoc. Assim sendo, questionou o porquê de a Faculdade não optar pela alternativa da Comissão ser eleita por legitimidade democrática.

O Professor Luís Gonçalves da Silva referiu que a legitimidade democrática advém dos Estatutos e os mesmos atribuem a competência à direção, considerando que a melhor opção para a criação da Comissão seja realizada dessa forma, de modo que a Faculdade não fique estagnada.

A Diretora referiu que a finalidade da Comissão de Ética é a existência de uma estrutura de respeito pela autonomia, pela responsabilidade e pela liberdade intelectual dos investigadores. E sugeriu que a Professora Maria João Estorninho, como Presidente da Comissão de Ética, comparecesse no Conselho de Escola para informar o Órgão quanto aos projetos que tem para a referida comissão.

O Presidente colocou a votação a proposta de criação da Comissão de Ética presidida pela Professora Maria João Estorninho que foi aprovada com um voto contra e uma abstenção.

### 3. Outros Assuntos

A aluna Inês Melo questionou se a extensão do horário da Sala de Estudo se poderia ocorrer antes do início do mês de novembro.

Referiu ainda que, no questionário que os alunos têm de responder no início do ano letivo na plataforma Fénix, aquando das inscrições, no que diz respeito aos dados referentes aos pais dos discentes, não existe nenhuma opção de resposta que aluda ao falecimento dos respetivos familiares, solicitando que a mesma seja adicionada.

  
Inês Filipe  




FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

O aluno Nuno Mohamede referiu que se tem verificado que os alunos que acedem à Sala de Estudo não utilizam máscara ou que a sua utilização não é a adequada, propondo que seja adotado um mecanismo mais eficaz de controlo, a saber, processos disciplinares aos alunos que não respeitem as normas de utilização da máscara.

Questionou ainda sobre a possibilidade de alargamento do número de mesas e cadeiras na Sala de Estudo.

O Presidente referiu que compreende a proposta de um procedimento mais eficaz, todavia trata-se de uma situação complexa.

A Diretora concordou com o Presidente, referindo que tem de existir uma proporcionalidade entre os meios de reação às infrações e as faltas cometidas e considerou que a melhor opção para a resolução do problema seria solicitar uma maior vigilância por parte dos seguranças. Referiu ainda, que o respeito das normas de saúde pública, mais concretamente, da máscara, é uma questão de responsabilidade cívica e solicitou que os Órgãos e a Associação Académica, em conjunto com a Direção, reforcem a sinalética.

O Presidente questionou sobre a possibilidade de se colocar um cartaz apelando à responsabilidade cívica na Sala de Estudo.

A aluna Inês Melo questionou sobre a possibilidade de convidar a sair os discentes que não utilizem a máscara na Sala de Estudo.

Relativamente ao alargamento do horário da Sala de Estudo, a Diretora disse que em sede de Conselho Académico, a questão já tinha sido levantada, informando que a partir do dia dois de novembro se retomaria ao horário normal. Quanto às mesas, referiu que já foi solicitado à manutenção a colocação de mais mesas.

No que diz respeito à ficha azul, é desenvolvida pela reitoria, que centraliza toda a informação dos alunos da Universidade de Lisboa, e que a Faculdade irá dar conta da questão levantada pela aluna Inês Melo.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva questionou sobre a possibilidade de existir um cartão de acesso à Sala de Estudo e, em caso de incumprimento reiterado de regras, o acesso ser negado.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A Diretora referiu que, embora entenda o mérito da ideia, a mesma não é de fácil implementação uma vez que pressupõe um sistema de controlo, o que implicaria uma despesa do mecanismo em si e a contratação extra de funcionários. Por outro lado, acrescentou que a Sala de Estudo funciona em ambiente aberto, sendo frequentada por alunos internos e externos.

A próxima reunião ficou marcada para dia dezoito de novembro às onze horas, em sistema misto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, às onze horas e cinquenta minutos.

O Presidente do Conselho de Escola

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

As Secretárias do Conselho de Escola

(Inês Filipa Nunes)

(Lic. Rosa Guerreiro)